

A NOVA POLÍTICA DA CHINA EM ÁFRICA

Rui P. Pereira

O «milagre» económico da República Popular da China nos últimos vinte e cinco anos (média de crescimento de 9,6 por cento entre 1980 e 2005) e suas repercussões, tem sido objecto de atenção um pouco por todo o mundo, suscitando inúmeros debates em torno da questão da «ameaça ou oportunidade» da ascensão económica chinesa.

O crescimento económico chinês parece estar para durar. Segundo dados provisórios do Departamento Nacional de Estatística, o PIB cresceu 9,9 por cento em 2005, situando-se actualmente em 2,26 biliões de dólares americanos. Nesse ano, a China ultrapassou a França e o Reino Unido, posicionando-se como a quarta economia mundial. Prevê-se que, a manter-se este ritmo, suplante a Alemanha dentro de um a dois anos, e o Japão até 2020. No que se refere às exportações, dados oficiais registam o impressionante valor de 762 mil milhões de dólares americanos em 2005 (mais 28,4 por cento face ao ano anterior), a que não será alheia a liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário, valendo à China o maior excedente comercial até à data, 102 mil milhões de dólares americanos. O país consolidou assim a posição de terceira potência comercial do mundo, com um comércio total de 1,4 biliões de dólares americanos. Estima-se que, até 2008, a China se constitua como o maior exportador mundial, ultrapassando os EUA e a Alemanha.

A capacidade produtiva do país aumentou bastante nos últimos anos. A título de exemplo, em 2005, a China representou cerca de metade da produção mundial de cimento, um terço da produção de aço, um quinto e um quarto da produção de alumínio e de cobre, respectivamente.

Em termos de abastecimento, os últimos números conhecidos são também significativos. Com vista a manter a capacidade de produção industrial, a China está a importar mais recursos no estrangeiro do que qualquer outro país, tendo-se tornado no maior importador de aço, carvão, alumínio e cobre, e no segundo maior consumidor de petróleo, com reflexos imediatos na subida de preços destas e de outras mercadorias a nível mundial.

Não obstante, a sustentabilidade do padrão de crescimento tem suscitado algumas interrogações, sobretudo em resultado do excesso de capacidade verificado ao nível da pro-

dução industrial (*vide* forte procura de aço, alumínio e carvão), e no elevado investimento em sectores como a construção (emergiram receios de uma «bolha» imobiliária), podendo levar a um ressurgimento do crédito mal parado e ao encerramento de unidades de produção, com as inevitáveis consequências ao nível do desemprego.

Na 5.^a sessão plenária do 16.º Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC), realizada em Outubro de 2005, os dirigentes chineses reconheceram a necessidade de se alterar o padrão de crescimento, tornando-o menos dependente de recursos e mais baseado no conhecimento, incluindo uma maior eficiência na utilização dos recursos e maior equidade na distribuição do rendimento.

No que diz respeito a África, após anos consecutivos de estagnação, o «Continente esquecido» começa finalmente a dar sinais de recuperação económica acelerada. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), África cresceu a uma média de 5,4 por cento em 2005. De acordo com esta instituição, cinco das dez economias com maior crescimento a nível mundial são africanas, e um número estimado de vinte e seis países cresceu acima de cinco por cento em 2005¹.

Para este crescimento muito contribui um quadro de estabilidade macroeconómica sem precedentes. A título de exemplo, a taxa média de inflação em África situou-se nos 9,9 por cento em 2005 (era de 41 por cento em 1994).

Outro dos principais factores para este *boom* é, sem dúvida, o crescimento económico exponencial da China, que se tem repercutido numa forte procura de matérias-primas por parte deste país no exterior, incluindo evidentemente os recursos naturais de África.

Os programas de reformas económicas, implementados por grande parte dos países africanos, começam também a produzir resultados positivos, como se pode constatar no Índice de Liberdade Económica da Heritage Foundation². No relatório de 2005, pode ler-se que a África Subsariana foi a região que registou maiores avanços em matéria de liberdade económica.

Porém, aspectos como a estabilidade política e sócio-económica ou a redução da pobreza, estão ainda longe de se poderem considerar um dado adquirido em África. Um estudo da Brookings Institution³ revela que a África Subsariana foi a única região em desenvolvimento a registar decréscimos do rendimento *per capita* desde 1980. Por outro lado, a esperança média de vida tem vindo a baixar drasticamente em resultado do vírus HIV/SIDA, e a mortalidade infantil é superior em 17 por cento a outras regiões em desenvolvimento do mundo.

Outro desafio crítico para a consolidação da recuperação económica de África tem que ver com a captação de Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Ao contrário da China, que recebe cerca de 60 mil milhões de dólares americanos por ano, a África Subsariana tem-se situado abaixo da fasquia dos 10 mil milhões de dólares americanos (oito mil milhões de dólares americanos em 2003, segundo o *African Governance Report* da Comissão Económica das Nações Unidas para África⁴).

Para que África consiga captar mais IDE estruturante, sobretudo na indústria transformadora, afigura-se fundamental que os países africanos desenvolvam esforços no sentido da eliminação dos entraves burocráticos e da diminuição do grau de risco do investimento (por exemplo, incumprimento dos contratos), entre outros aspectos.

BREVE RETROSPECTIVA EVOLUTIVA DAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

À partida, nada levaria a crer que a China pudesse desenvolver relações estreitas com África, dada a não existência de proximidade geográfica ou de um património linguístico e histórico-cultural comum⁵.

Os primeiros contactos conhecidos remontam há cerca de três mil anos, mais concretamente ao século X a. C., altura em que terão começado os primeiros contactos entre comerciantes chineses e egípcios, embora esse relacionamento só tenha sido oficializado mais tarde, durante o século II a. C.

Por seu turno, os movimentos migratórios chineses rumo à costa oriental africana comecem a desenvolver-se verdadeiramente a partir do século X d. C. A diáspora chinesa era essencialmente proveniente das províncias meridionais, sobretudo de Fujian, Guangdong e Hainan.

A época colonial e o enfraquecimento da influência da China no plano internacional acabaram por reduzir estes laços milenares à sua mais simples expressão, situação que se viria a alterar após a implementação da República Popular da China em 1 de Outubro de 1949.

A China passou a reger as suas relações com o mundo em desenvolvimento com base na doutrina dos «Cinco Princípios da Coexistência Pacífica»⁶. Utilizou também o seu próprio legado de «agressão colonial e experiência de libertação» como forma de desenvolver laços com os países africanos recém-independentes.

Nos anos 60 e 70, apesar de não dispor dos recursos das duas superpotências do período da Guerra Fria (EUA, URSS), procurou apoiar o mais possível os novos países independentes, nomeadamente os de inspiração marxista-leninista, sob a forma de assistência técnico-militar.

Ao mesmo tempo, a China pretendia impedir o reconhecimento de Taiwan como país independente, procurando garantir o apoio dos países africanos nesse sentido no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Porém, durante a década de 80, a China passou a concentrar-se nos desafios internos da modernização e desenvolvimento económico, o que se reflectiu num menor envolvimento no continente africano.

Após o fim da Guerra Fria e subsequente emergência de um mundo tendencialmente unipolar sob hegemonia dos EUA, e na sequência da consolidação da Política de Aber-

À PARTIDA, NADA LEVARIA A CRER QUE A CHINA
PUDESSE DESENVOLVER RELAÇÕES ESTREITAS
COM ÁFRICA, DADA A NÃO EXISTÊNCIA DE
PROXIMIDADE GEOGRÁFICA OU DE UM PATRIMÓNIO
LINGUÍSTICO E HISTÓRICO-CULTURAL COMUM.

tura ao Exterior iniciada por Deng Xiaoping em 1978, o continente africano passou a revestir-se de importância acrescida para a China, sobretudo no plano económico. Tirando partido da hostilidade de muitos líderes africanos face ao que interpretaram como «concepções hegemónicas» de direitos humanos por parte das potências ocidentais, a China voltou a intensificar o seu programa de cooperação e ajuda aos países africanos, sob a conhecida retórica do «respeito mútuo», da «preocupação pela diversidade», do «desígnio comum» e da «não-ingerência nos assuntos internos», procurando assim retirar benefícios da recorrente percepção de neocolonialismo por parte de diversos países africanos em relação às antigas potências coloniais europeias.

REALIDADE ACTUAL DAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

Em Janeiro de 2006, a China deu a conhecer as linhas orientadoras da sua política em relação a África, tendo elaborado para o efeito um *policy paper* (*China's African Policy*)⁷.

Desde logo, a China enfatiza o seu estatuto de «maior país em desenvolvimento do mundo» e os objectivos de prossecução da paz e do desenvolvimento pacífico, com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica.

Por outro lado, são destacados os princípios da «sinceridade, igualdade e benefício mútuo», a «solidariedade» e o «desenvolvimento comum», que deverão estar sempre subjacentes nas relações entre a China e os países africanos.

As virtualidades da cooperação Sul-Sul, entre países que «partilham uma experiência histórica semelhante», de «luta pela libertação nacional», são devidamente relevadas. Ao acentuar a retórica da «herança histórica comum» e do «respeito mútuo», Pequim procura demarcar-se do passado colonial de África, reforçar o espírito de solidariedade com os países africanos e, ao mesmo tempo, tranquilizar os líderes africanos a respeito de eventuais tentações neocolonialistas.

Por outro lado, a referência à «One China Policy», uma das vertentes fundamentais da política externa chinesa, consta do documento como a «fundação política para o estabelecimento e desenvolvimento das relações da China com os países e organizações regionais africanas». De referir que, neste momento, apenas seis países africanos mantêm relações diplomáticas com Taiwan⁸.

A nível político-diplomático, a projecção de influência da China em África tem-se feito sentir no âmbito das organizações internacionais, nomeadamente na ONU, onde se tem assistido a um reforço da concertação de posições entre a China e os países africanos, por exemplo, no que diz respeito à futura composição do Conselho de Segurança.

Refira-se ainda que, neste momento, cerca de mil e quinhentos capacetes azuis chineses estão envolvidos em operações de manutenção da paz na Libéria e na República Democrática do Congo.

A generalidade dos observadores ocidentais considera, porém, que a reaproximação da China em relação a África tem sobretudo que ver com interesses económicos, em larga medida ligados à necessidade de procura de matérias-primas no exterior, como forma de

ajudar a manter o actual ritmo de crescimento económico. O continente africano, para além do petróleo e gás natural, é conhecido também por possuir uma larga variedade de minérios (ferro, cobre, cobalto...) e pedras preciosas, entre outros recursos.

Por outro lado, as estruturas económicas da China e dos países africanos parecem ser mais complementares do que concorrenciais, na medida em que a força da primeira assenta fundamentalmente na indústria transformadora, com uma forte vocação exportadora, ao passo que as economias africanas, em termos gerais, podem considerar-se ainda muito concentradas no sector primário e com uma estrutura industrial pouco desenvolvida.

Deste modo, os países africanos, com grandes necessidades de abastecimento e padrões de qualidade relativamente baixos, apresentam-se como mercados de grande interesse para a exportação de produtos chineses de baixo preço, compensando a menor procura deste tipo de produtos nos mercados mais exigentes dos países ocidentais.

Em África, como noutras zonas do mundo (América Latina, por exemplo), o mais importante é garantir os melhores negócios e não tanto a aproximação aos governos ideologicamente mais próximos, marcando uma forte diferença em relação à política seguida pela China nos anos 60 e 70.

Como referem David Zweig e Bi Jianhai, «Pequim [...] tem granjeado amizades através do fortalecimento das relações comerciais bilaterais, da concessão de ajuda, do perdão de dívidas, e do seu envolvimento na construção de estradas, pontes, estádios e portos. Em troca, a China ganhou o acesso a recursos-chave.»⁹

Como seria de prever, o novo *engagement* da China em relação a África (visível sobretudo a partir da segunda metade da década de 90), sem exigências de contrapartidas políticas (direitos humanos, boa governação...), foi muito bem recebido pela generalidade dos países africanos, em face de algum esquecimento a que o continente havia sido votado pela comunidade internacional ao longo das duas últimas décadas.

O reforço da presença chinesa em África não tem passado despercebido junto das potências ocidentais com maiores interesses no continente, nomeadamente nos EUA, que importam de África cerca de 15 por cento das suas necessidades energéticas, prevendo-se que este valor possa evoluir até 25 por cento nos próximos dez anos.

Em alguns meios e sectores norte-americanos¹⁰, a expansão da influência chinesa no continente africano parece estar a ser encarada como «jogo de soma nula». Ou seja, argumenta-se que a China, ao não apresentar critérios de condicionalidade para o desenvolvimento da cooperação bilateral com os países africanos, poderá pôr em causa os esforços das potências ocidentais de condicionar a cooperação económica e a ajuda ao desenvolvimento a avanços substantivos desses países em áreas críticas como as reformas económicas, direitos humanos, transparência ou boa governação.

EM ALGUNS MEIOS E SECTORES NORTE-AMERICANOS, A EXPANSÃO DA INFLUÊNCIA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO PARECE ESTAR A SER ENCARADA COMO «JOGO DE SOMA NULA».

Em Setembro de 2005, o secretário adjunto de Condolezza Rice, Robert Zoellick, numa intervenção pública, referiu (a respeito da questão do Sudão) que a China se deveria tornar um *stakeholder* responsável na cena mundial: «O envolvimento da China com alguns estados problemáticos traduz, na melhor das hipóteses, uma cegueira em relação às consequências desse envolvimento e, na pior, uma atitude mais inquietante»¹¹.

No entanto, especialistas como Princeton Lyman ou Ernest J. Wilson, em testemunhos apresentados ao Congresso¹², optam por um tom menos contundente e alarmista. Segundo Wilson, «o actual estado das relações entre a China e a África não pode ser considerado uma ameaça aos interesses da América na região [...] o grau de engajamento político e económico da China é ainda suficientemente modesto».

Lyman releva, inclusive, alguns efeitos positivos da presença chinesa em África, nomeadamente por apostar em áreas como as infra-estruturas físicas, indústria ou agricultura, que, nos últimos anos, têm vindo a ser subalternizados pelas agências de desenvolvimento e investidores privados dos países ocidentais, em resultado da prioridade conferida aos sectores sociais (saúde e educação).

Em qualquer dos casos, a imagem do *Scramble for Africa* oitocentista, de partilha de esferas de influência, suscitada pela cada vez mais acesa competição internacional por recursos, num contexto aparentemente incontornável de alta de preços das matérias-primas a nível mundial, não pode deixar de voltar a pairar sobre o continente africano.

MECANISMOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL

A cooperação entre a China e África, quase exclusivamente sob a forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e assistência técnica, desenrola-se há, pelo menos, cinquenta anos, em áreas como a saúde e a educação, e em diversos sectores da actividade económica, nomeadamente agricultura, pescas, têxteis, energia, utilities, infra-estruturas.

A título de exemplo, desde 1963 cerca de 15 mil médicos chineses já desenvolveram actividades em 47 países africanos, sobretudo no tratamento a pessoas infectadas com o vírus HIV/SIDA. Estima-se que 900 médicos chineses estejam actualmente a exercer actividade nos países africanos.

O GOVERNO CHINÊS TEM TAMBÉM
PROMOVIDO ACTIVAMENTE O SEU MODELO
DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E PROGRAMA
DE REFORMAS ECONÓMICAS JUNTO
DOS PAÍSES AFRICANOS.

A nível educativo, os intercâmbios datam de meados da década de 50. Segundo estatísticas oficiais, o Governo chinês já concedeu um total de 15 300 bolsas a estudantes africanos para estudarem em universidades chinesas. Estes representam 1/3 do total dos estudantes estrangeiros na China.

O Governo chinês tem também promovido activamente o seu modelo de desenvolvimento económico e programa de reformas económicas junto dos países africanos, encorajando-os a visitar a China e a conhecerem *in loco* a construção do sistema de «economia

de mercado com características chinesas». Como refere Drew Thompson¹³, este é um bom exemplo do modelo de *soft power* que a China pretende difundir em África.

Fórum para a Cooperação China – África¹⁴

O Fórum para a Cooperação China – África, uma iniciativa chinesa com o objectivo de promover a cooperação com os países africanos, nomeadamente no plano económico, teve a sua Conferência Ministerial inaugural nos dias 10-12 de Outubro de 2000, em Pequim, reunindo 45 países africanos, diversas organizações internacionais e regionais, bem como representantes do sector privado.

Desta primeira reunião resultaram dois documentos principais: a Declaração de Pequim e o Programa de Cooperação Sino-Africana para o Desenvolvimento Económico e Social. O primeiro é de teor mais político. O segundo, mais prático, propõe o reforço da cooperação Sul-Sul, a participação nas organizações internacionais numa base de igualdade e o estabelecimento de uma parceria de longo prazo com benefícios mútuos para as duas partes.

Um aspecto a salientar diz respeito ao anúncio, feito pela China, de cancelamento de uma parte da dívida dos países africanos, no montante de 10 mil milhões de dólares americanos. Entre 2000 e 2003, a China assinou quarenta acordos de comércio e trinta e quatro acordos de investimento com os países africanos, tendo ainda concretizado o perdão da dívida dos países mais pobres no valor de 1,3 mil milhões de dólares americanos.

Três anos mais tarde, em Novembro de 2003, realizou-se em Addis-Abeba, Etiópia, a 2.^a Conferência Ministerial. Foi aprovado um Plano de Acção sobre a Cooperação Sino-Africana para o período 2004-2006, cuja implementação será objecto de avaliação na 3.^a Conferência Ministerial, a realizar em Pequim, em Outubro de 2006.

Merece ainda referência a iniciativa chinesa de criação, em Novembro de 2004, do Conselho de Negócios China-África, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tem por principal objectivo apoiar os investimentos do sector privado chinês na África do Sul, Camarões, Gana, Moçambique, Nigéria e Tanzânia.

COMÉRCIO E INVESTIMENTO

A evolução do comércio bilateral ajuda a compreender um pouco melhor a importância conferida pelo Governo chinês ao reforço das relações económicas com África. De 817 milhões de dólares americanos em 1997, cresceu para 10 mil milhões de dólares americanos em 2000, até atingir o valor recorde de 39,8 mil milhões de dólares americanos em 2005 (correspondentes a 18,7 mil milhões de dólares americanos de exportações e a 21,1 mil milhões de dólares americanos de importações).

Em 2005, a China ultrapassou o Reino Unido como terceira principal potência comercial de África, logo a seguir aos EUA e à França.

Acresce que a margem de progressão é grande, na medida em que as trocas com os países africanos representam cerca de três por cento do total do comércio global da China.

Quanto aos principais parceiros comerciais africanos da China, a África do Sul ocupa o primeiro lugar, seguida de Angola e da Nigéria.

As principais exportações chinesas são constituídas por têxteis, produtos alimentares, pequenos electrodomésticos, medicamentos e material de comunicações. As importações chinesas de África concentram-se essencialmente no petróleo e minérios diversos (ferro, cobre, cobalto, etc.).

Em 2004, o IDE chinês em África elevou-se a cerca de 900 milhões de dólares americanos. Actualmente estão presentes cerca de 700 empresas chinesas no Continente¹⁵, a operar em sectores como o petroquímico, centrais eléctricas, transportes e comunicações, indústria ligeira, material eléctrico, têxteis e agricultura.

ACTUALMENTE ESTÃO PRESENTES CERCA DE 700 EMPRESAS CHINESAS NO CONTINENTE, A OPERAR EM SECTORES COMO O PETROQUÍMICO, CENTRAIS ELÉCTRICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, INDÚSTRIA LIGEIRA, MATERIAL ELÉCTRICO, TÊXTEIS E AGRICULTURA.

Os investimentos são muitos e variados, desde grandes projectos financiados com apoio estatal até pequenos negócios privados. Na Nigéria, as empresas chinesas estão a reconstruir o sistema ferroviário. Na Serra Leoa, país que conheceu uma guerra civil devastadora, a China está a construir um hotel de luxo, entre outros investimentos.

No Ruanda, as construtoras chinesas pavimentaram mais de 80 por cento das principais estradas. No Uganda, uma empresa farmacêutica chinesa está a introduzir um novo medicamento para prevenção da Malária. Na Zâmbia, a China investiu cerca de 170 milhões de dólares americanos no sector mineiro, sobretudo em minas de cobre. No pequeno Lesotho, os empresários chineses controlam cerca de metade do total dos supermercados e uma boa parte das empresas têxteis. Em mais de doze países africanos, as empresas chinesas exploram petróleo e gás natural e estão a reconstruir as centrais eléctricas e as redes telefónicas. Beneficiando do apoio financeiro do Governo chinês, as principais empresas estatais chinesas têm vindo a apresentar facilidades de crédito e cadernos de encargos imbatíveis em concursos internacionais (muitas vezes com recurso a *underbidding*), em áreas estratégicas como a reconstrução infra-estrutural e, progressivamente, de concessões de matérias-primas.

A DIPLOMACIA DO PETRÓLEO

Ao longo da última década, a indústria petrolífera chinesa foi objecto de uma profunda reestruturação. Em 1998, o Governo chinês decidiu reorganizar os activos do petróleo e gás em torno de duas grandes empresas, a China National Petroleum Corporation (CNPC) e a China Petrochemical Corporation (Sinopec), a primeira tendencialmente mais dedicada à produção petrolífera e a segunda sobretudo afecta a actividades de exploração/refinação.

Foi também criada a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), responsável pela gestão da produção e exploração petrolífera *off-shore*, e concentrando cerca de 10 por cento da produção doméstica.

Após décadas consecutivas de auto-suficiência energética, a partir de 1993 a produção doméstica de petróleo deixou de conseguir satisfazer a procura na China, em face do crescimento económico galopante do país. Desde então, a China tem vindo a abastecer-se de petróleo no exterior, em quantidades crescentes ano após ano.

Desde 2003, a China é o segundo maior consumidor e o terceiro importador de petróleo a nível mundial. Segundo a Energy Information Agency, consome actualmente cerca de 6,5 milhões de barris de petróleo por dia. A manter-se este ritmo, a agência norte-americana prevê que a China venha a consumir cerca de 14 milhões de barris/dia até 2025, sendo mais de dois terços provenientes do exterior.

Em 2005, a China consumiu um total de 318 milhões de toneladas de crude, tendo importado 42,9 por cento deste total. Previsões para o corrente ano apontam para um aumento de 6,7 por cento, cifrando-se num valor recorde de 331 milhões de toneladas. Cerca de um terço do total das importações chinesas tem origem em África, sobretudo na região costeira ocidental (golfo da Guiné) e no Sudão.

As reservas petrolíferas no continente africano duplicaram no decurso da última década, estimando-se que representem actualmente cerca de oito por cento do total a nível mundial, com uma capacidade de produção superior a 60 milhões de barris/dia.

Grande parte das reservas (70 por cento) encontram-se localizadas no golfo da Guiné (Angola, Nigéria, Guiné Equatorial). Acresce que o petróleo africano é considerado de muito boa qualidade, sobretudo pelo seu baixo teor sulfúrico.

A «agenda petrolífera» passou a assumir importância primordial nos países a contemplar nas visitas dos líderes chineses a África, destacando-se, por exemplo, a visita oficial do Presidente Hu Jintao ao Egipto, Gabão e Argélia, entre Janeiro e Fevereiro de 2004. A comitiva presidencial integrava representantes das principais petrolíferas chinesas, tendo sido assinados diversos acordos, nomeadamente com a Sonatrach argelina e com o Ministério dos Hidrocarbonetos do Gabão.

Tendo presente as oportunidades existentes e a preocupação de obter uma maior segurança e diversificação das fontes de abastecimento, não surpreende que o Governo chinês tenha vindo a incentivar fortemente as empresas petrolíferas estatais a investirem em participações e/ou aquisições em países africanos.

NIGÉRIA

A Nigéria é o principal exportador de petróleo da África Subsariana e o sétimo maior a nível mundial, produzindo cerca de 2,5 milhões de barris de crude por dia. Dados relativos a 2004 creditavam a Nigéria como a sexta maior reserva de crude do mundo (não incluindo o Iraque), na ordem dos 22 mil milhões de barris, com previsão de exaustão num período de trinta anos.

Constituindo-se como um dos principais fornecedores de petróleo das potências europeias, percebe-se a importância da manutenção da estabilidade interna no país, o que não tem sido propriamente regra nos últimos anos.

Após um período de ditadura militar de quinze anos que terminou em 1999, a liderança de Olosegun Obasanjo tem-se visto a braços com lutas fratricidas entre as comunidades das principais etnias do país (Hausa, Ioruba e Ibo), a que acresce a instabilidade na região do delta do Níger, onde se encontra o grosso das reservas de crude, por força de acções de guerrilha conduzidas pelo Movimento para a Emancipação do Delta do Níger. Este grupo, que reivindica melhores condições de vida para a população, pretende provocar o colapso total da produção de crude e gás por tempo indeterminado, estimando-se que, sob a sua acção e de outros grupos rebeldes, entre 70 mil a 300 mil barris de petróleo estejam a ser subtraídos diariamente.

Com uma economia extremamente dependente das receitas de petróleo e gás e uma situação de instabilidade quase permanente, fruto de grandes tensões sociais, étnicas e religiosas, a que crescem problemas estruturais endémicos como a corrupção e a pobreza (estima-se que cerca de 70 por cento do total da população viva abaixo do limiar de pobreza), a Nigéria é facilmente enquadrável no grupo de países «amaldiçoados» pela posse de recursos naturais¹⁶.

Não obstante, o Governo tem procurado garantir a estabilidade política, económica e social, bem como a credibilidade externa do país. A título de exemplo, salientam-se a campanha anticorrupção, a adesão da Nigéria à Extractive Industries Transparency Initiative (EITI), e a decisão de regularização da dívida externa, actualmente em negociação com o Clube de Paris.

Desde meados do ano passado, a China tem vindo a intensificar o seu relacionamento com a Nigéria, destacando-se a assinatura, em Julho de 2005, de um acordo petrolífero no montante de 800 milhões de dólares americanos, mediante o qual se estabeleceu a aquisição pela China de 30 mil barris/dia, por um período de cinco anos.

Entretanto, a 9 de Janeiro de 2006, a CNOOC anunciou a aquisição de uma participação de 45 por cento da empresa petrolífera nigeriana South Atlantic Petroleum, por um montante de 2,27 mil milhões de dólares americanos. Trata-se da maior aquisição de sempre da petrolífera chinesa no exterior até à data.

ANGOLA

Depois de um longo período de guerra civil, o país vive em paz desde 2002 e está em pleno período de recuperação económica. Em 2005, o PIB cresceu 13,8 por cento, de longe a melhor *performance* dos países africanos, mais do triplo da média mundial (4,3 por cento). Para 2006, prevê-se um crescimento ainda mais robusto, da ordem dos 24,5 por cento. Importa reconhecer, no entanto, que o crescimento de Angola encontra-se dependente, na quase totalidade, da produção petrolífera, que, em 2005, segundo dados oficiais, representou 90 por cento das exportações, 45 por cento do PIB e 80 por cento dos rendimentos de impostos.

Desde 1980, a produção de petróleo bruto tem vindo a aumentar anualmente, estimando-se as reservas de crude angolano em 12,4 mil milhões de barris, ao mesmo

tempo que a produção actual se situa na ordem dos 1,3 milhões de barris/dia, prevendo-se que ascenda a dois milhões de barris diários a partir de 2008.

Segundo o FMI, a produção petrolífera e diamantífera e os esforços de reconstrução do país deverão garantir uma taxa média de crescimento de 13 por cento até 2010, ao passo que a inflação se encontra em curva descendente e se prevêem saldos orçamentais excedentários nos próximos anos.

No entanto, sabe-se que o petróleo é finito e já tem um fim à vista (quinze a vinte e cinco anos), pelo que se afigura fundamental preparar desde já o país para essa nova realidade. Ao contrário das recomendações do FMI, que iam no sentido de uma desvalorização da moeda e de contenção nas despesas públicas, o Governo angolano optou por implementar um programa de estabilidade económica que tem por base a manutenção da estabilidade cambial. Porém, a não desvalorização do kwanza traz dificuldades adicionais aos produtores locais, dada a tendência de subida das importações em consequência da valorização da moeda angolana.

A este nível, não deixando de reconhecer que a economia angolana parece estar no bom caminho, o FMI chama a atenção para o facto de a actividade comercial não incluída nos sectores do petróleo, construção, distribuição e diamantes continuar a ser extremamente limitada, e para a persistência de situações de pobreza generalizada no país. Recorde-se que dois terços da população vivem ainda abaixo do limiar de pobreza, a esperança de vida à nascença é de 40 anos e a taxa de escolarização não vai além dos 60 por cento.

O relacionamento económico entre a China e Angola atingiu desenvolvimentos sem precedentes nos últimos anos.

Em 2005, o comércio bilateral elevou-se a 6,95 mil milhões de dólares americanos,

registando um acréscimo de 41,6 por cento relativamente ao ano anterior. É, contudo, de notar que a balança comercial é largamente deficitária para a China, cujas exportações para Angola não ultrapassaram os 370 milhões de dólares americanos.

As importações da China provenientes de Angola são constituídas à base de produtos energéticos, com destaque para o petróleo. As exportações chinesas apresentam-se mais diversificadas, assentando em produtos de baixo preço/qualidade, como os têxteis, vestuário, calçado, material escolar, ou mesmo medicamentos.

Nos últimos dois-três anos, a importação de petróleo de Angola por parte da China tem vindo a crescer paulatinamente. De 11,1 por cento das importações totais em 2003, evoluiu para 15 por cento nos primeiros dois meses de 2006 (equivalente a 456 mil barris/dia), posicionando-se Angola como o principal fornecedor da China neste período, suplantando a Arábia Saudita e o Irão. Estes três países representam, no seu conjunto, mais de 40 por cento do total importado pela China.

Em Fevereiro de 2006, foi também anunciada a construção da refinaria do Lobito, província de Benguela, através de uma parceria conjunta entre a Sonangol e a Sinopec, que envolverá

O RELACIONAMENTO ECONÓMICO ENTRE A CHINA
E ANGOLA ATINGIU DESENVOLVIMENTOS
SEM PRECEDENTES NOS ÚLTIMOS ANOS.

um investimento de três mil milhões de dólares americanos. Com capacidade para tratar 200 mil barris de petróleo/dia, prevê-se que a futura refinaria esteja operacional em 2010. Os esforços de reconstrução infra-estrutural de Angola nos últimos dois-três anos têm sido, em boa parte, alavancados pela crescente presença chinesa no país.

Em Março de 2004, o Governo angolano negociou com o Eximbank da China (Banco de Exportação e Importação) a concessão de uma linha de crédito no valor de dois mil milhões de dólares americanos, com condições imbatíveis de utilização (taxa de juro de 1,5 por cento ao longo de dezassete anos, com período de carência de cinco anos)¹⁷.

Não deixando de salvaguardar os interesses económicos chineses, os projectos elegíveis no âmbito da linha de crédito resultam em boa parte do programa de desenvolvimento do Governo angolano, destinando-se sobretudo a apoiar a reconstrução das infra-estruturas destruídas pela guerra civil angolana (por exemplo: rede eléctrica, de estradas e de caminhos-de-ferro, edifícios administrativos).

O empréstimo será garantido por activos do Banco Nacional de Angola, que deverá empregar fluxos monetários gerados por um contrato de venda de petróleo equivalente a 10 mil barris/dia.

Numa primeira leitura, as condições da linha de crédito parecem ser desvantajosas para a China. Porém, a verdade é que o Governo chinês conseguiu garantir a fatia de leão dos contratos a estabelecer para a reconstrução infra-estrutural de Angola.

No concreto, a linha de crédito prevê que 70 por cento das obras de reconstrução sejam adjudicadas a empresas chinesas e que apenas 30 por cento fiquem nas mãos das empresas construtoras locais, o que não deixará de ter repercussões negativas ao nível do emprego da população. Neste momento, as obras de construção civil e o relançamento da rede eléctrica do país estão a ser realizadas, na sua esmagadora maioria, com recurso a mão-de-obra chinesa¹⁸.

Em consequência, as construtoras chinesas estão envolvidas em quase todos os grandes projectos de infra-estruturas em execução no país, destacando-se:

- Novo aeroporto de Luanda e auto-estrada de acesso Luanda – Bom Jesus;
- Caminhos-de-ferro de Luanda e de Benguela;
- Urbanização da cidade de Cabinda (construção de cinco mil apartamentos, projecto habitacional a estender a mais 23 cidades);
- Construção do novo hospital de Luanda e melhoria em mais quatro hospitais provinciais e muitas outras estruturas municipais de saúde;
- Construção e apetrechamento de 46 escolas de vários níveis de ensino;
- Recuperação de quatro mil quilómetros de estradas;
- Diversos empreendimentos agrícolas (irrigação).

É ainda de notar que o acordo que estabeleceu a criação da linha de crédito do Eximbank suscita dúvidas ao nível da transparência. Suspeita-se, nomeadamente, que a China não

tenha estabelecido condições em matéria de boa governação e regras fiscais. Segundo Douglas Steinberg, da organização não-governamental CARE, «este grande empréstimo chinês oferece a Angola uma maior flexibilidade para não acatar as condições de outros empréstimos, designadamente o acordo com o FMI. Permite ao Governo [de Luanda] eximir-se aos critérios da transparência».

No mesmo sentido, a organização Global Witness criticou o facto de os termos do acordo não terem sido tornados públicos¹⁹.

Recentemente, foi anunciado um reforço de mil milhões de dólares americanos na linha de crédito, o que indicia que o montante inicial já terá sido utilizado na totalidade, ou pelo menos em grande parte. Segundo noticiou o jornal *Público*²⁰, Angola decidiu que este será o último deste tipo de grandes empréstimos, pretendendo optar no futuro por instrumentos mais sofisticados, estando mesmo a considerar o recurso a um empréstimo obrigacionista.

SUDÃO

Os primeiros sinais de presença chinesa no Sudão datam de 1995, ano em que a empresa CNPC adquiriu uma *golden share* (40 por cento do capital) no maior consórcio petrolífero do Sudão, a Greater Nile Petroleum Operating Company, responsável pela exploração dos campos petrolíferos de Muglad, no Sudeste do país, e pela construção de um oleoduto de 1500 quilómetros que se estende até ao mar Vermelho.

Nos anos subsequentes, as empresas estatais chinesas investiram cerca de quatro mil milhões de dólares americanos na indústria petrolífera do Sudão.

Em consequência, o Sudão passou a ser um exportador líquido de petróleo, com receitas líquidas anuais superiores a mil milhões de dólares americanos. As reservas de crude duplicaram nos últimos três anos, elevando-se actualmente a 563 milhões de barris, com uma produção diária a rondar os 500 mil barris.

A China é naturalmente o principal cliente petrolífero do Sudão, sendo responsável por mais de 50 por cento do total exportado pelo país, equivalente a cerca de sete por cento das importações totais chinesas. O Sudão tornou-se assim no segundo maior fornecedor das importações chinesas de petróleo africano.

Entretanto, o consórcio China Petroleum Engineering Construction Group, também com participação maioritária chinesa (Sinopec), está a construir um oleoduto que irá ligar Melut ao Porto do Sudão, prevendo-se o início das actividades de exploração petrolífera no decurso deste ano. Os avultados investimentos chineses no Sudão ao longo dos últimos dez anos têm muito que ver com o aproveitamento de oportunidades resultantes da retirada dos investimentos ocidentais do país, na sequência da forte instabilidade interna gerada por um longo período de guerra civil que já terá causado mais de dois milhões de mortos.

OS AVULTADOS INVESTIMENTOS CHINESES NO SUDÃO AO LONGO DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS TÊM MUITO QUE VER COM O APROVEITAMENTO DE OPORTUNIDADES RESULTANTES DA RETIRADA DOS INVESTIMENTOS OCIDENTAIS DO PAÍS.

O Sudão é o maior país africano, objecto de fortes interesses económicos e geopolíticos e, por isso mesmo, fonte de grande instabilidade.

As grandes diferenças entre o Norte do país, com uma população árabe muçulmana, e o Sul, com uma população maioritariamente negra e minorias cristãs e animistas, fizeram-se sentir pouco tempo após a independência em 1956, com as constantes tentativas secessionistas levadas a cabo por parte de grupos organizados do Sul do país.

Refira-se que o actual líder do Sudão, Omar al-Bashir, no poder desde 1989, na sequência de um golpe de Estado apoiado pela Frente Nacional Islâmica de Hassan al-Turabi, pouco ou nada tem contribuído para os esforços de reconciliação nacional.

Ao invés, a sua governação autocrática, com repetidas violações dos direitos humanos e alegadas ligações a grupos terroristas como a Al-Qaida, levaram à decisão, por parte dos EUA, de corte de relações diplomáticas em 1997, complementada com a imposição de um conjunto de sanções económicas.

Em meados de 2003, estalou um novo foco de conflito no Sudão, desta feita na região oeste do país (Darfur), na sequência do insurgimento de alguns grupos rebeldes contra o Governo, por este não resolver a alegada marginalização política da região.

A resposta do Governo de Cartum foi brutal, alegadamente com recurso a milícias árabes *janjaweed*²¹. Os massacres praticados foram classificados pelos EUA, em Setembro de 2004, como «genocídio» e «prática de crimes contra a humanidade», tendo apresentado ao Conselho de Segurança da ONU a Resolução n.º 1564, que previa a possibilidade de aplicação de um embargo à venda de armas ao Sudão, entre outras sanções, como instrumento de pressão sobre Cartum.

Porém, a China ameaçou vetar a proposta de Resolução no Conselho de Segurança, tendo apresentado diversas sugestões de alteração. A versão revista, bastante menos incisiva, acabou por ser aprovada com 11 votos a favor e as abstenções da China, Rússia, Paquistão e Argélia.

Para o Governo de al-Bashir, este tipo de apoio de Pequim tem-se vindo a revelar ainda mais importante que a sua presença económica no país, ajudando a garantir o *status quo*, ou, por outras palavras, a sua permanência no poder.

Refira-se que a China tem vindo a sofrer pressão crescente da comunidade internacional, no sentido de capitalizar a sua influência política junto de Cartum para pressionar a adopção de medidas por parte do Governo que levem ao fim da crónica instabilidade do país.

No entanto, a estratégia chinesa não parece caminhar nesse sentido. Pequim tem declarado repetidas vezes apenas querer concentrar-se nos interesses económicos e não se imiscuir nos assuntos internos do país, como atestam as afirmações do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Zhou Wenzhong: «Negócios são negócios. Pela nossa parte, tentamos separar a política dos negócios. Em segundo lugar, penso que a situação interna do Sudão é um assunto que diz respeito ao país, e nós não estamos em condições de fazer imposições».²²

Apesar de ainda não se ter conseguido uma solução negociada para a situação no Darfur, no dia 9 de Janeiro de 2005 foi assinado em Nairobi um Acordo de Paz para o Sul do Sudão, entre o Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLM) e as autoridades de Cartum, que inclui um cessar-fogo permanente e protocolos sobre a partilha do poder e das riquezas entre o Estado central e as estruturas regionais.

Foi constituído um Governo de Unidade Nacional, chefiado por Omar al-Bashir e integrando John Garang, líder do SPLM, como Vice-Presidente²³.

Segundo os termos do acordo, o Sul do Sudão terá o direito de se pronunciar sobre uma eventual independência, mediante consulta popular (referendo) a realizar depois de um período de transição de seis anos.

Por outro lado, os rendimentos do petróleo existente no Sul serão repartidos em partes iguais entre o Estado central e o regime autónomo. Acresce que a lei islâmica, em vigor no Norte do país, não será aplicada no Sul.

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, é de opinião que o Acordo de Paz para o Sul do Sudão poderia servir de modelo para a região do Darfur, de modo a que também aí houvesse uma partilha de responsabilidades e de rendimentos entre as autoridades federais e autónomas.

Entretanto, o International Crisis Group (ICG) afirmou que um obstáculo preocupante em relação ao processo de pacificação no Sudão era a falta de convicção por parte de Cartum em manter a paz. O ICG acusa o Governo sudanês de ter assinado o acordo de paz apenas com o objectivo de desviar as atenções da comunidade internacional sobre os acontecimentos no Darfur²⁴.

Nos últimos meses assistiu-se a um recrudescimento da violência no Darfur, voltando a suscitar os receios de uma nova catástrofe humanitária. Apesar das dificuldades e dos meios limitados, a União Africana, mandatada pelo Conselho de Segurança da ONU, conseguiu convencer as partes envolvidas no conflito a juntarem-se à mesma mesa. As negociações de paz decorrem em Abuja, Nigéria, tendo sido estabelecida a data-limite de 30 de Abril para se conseguir chegar a acordo.

ZIMBABUÉ

Ao longo dos últimos três anos, os EUA e a UE impuseram sanções ao Presidente do Zimbabué, Robert Mugabe, e aos seus colaboradores governamentais mais directos. No poder há mais de vinte e cinco anos, Mugabe é o mentor e a face visível de um regime considerado dos mais corruptos e despóticos do mundo, regularmente citado por organizações de direitos humanos e por governos ocidentais pelas repetidas violações das regras mais elementares do Estado de direito e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, variando desde prisões arbitrárias, práticas de tortura e perseguições políticas, até à expropriação de propriedades agrícolas e deslocação forçada de milhares de residentes citadinos para as zonas rurais.

Através da aplicação de sanções, os EUA e a UE procuraram isolar Robert Mugabe a nível internacional e, desta forma, contribuir para a sua saída «voluntária» do poder.

Porém, a China não se associou a estes esforços. Ao invés, em contrapartida pela viabilização da continuidade de Mugabe no poder, mediante injeção de capital, maquinaria e equipamento militar diverso, a China garantiu para as suas empresas estatais a obtenção de posições estratégicas nos activos mais valiosos do país.

Os contactos oficiais ao mais alto nível são frequentes. A título de exemplo, o presidente da Assembleia Nacional Popular da China, Wu Bangguo, visitou o Zimbabué em

2004, chefiando uma comitiva que integrava mais de 100 empresários chineses.

No decurso da visita, foram assinados vários contratos para desenvolvimento de parcerias conjuntas no sector mineiro, transportes e comunicações, e produção eléctrica, entre outros.

Estão em curso diversos projectos, nas

mais variadas áreas, desde a reconstrução da rede eléctrica do Zimbabué até à cooperação militar e aeroespacial. No ano passado, foram estabelecidas ligações aéreas directas entre os dois países.

Naturalmente, Robert Mugabe saudou efusivamente o apoio chinês, isento de contrapartidas em matéria de direitos humanos e boa governação, ajudando a colmatar as dificuldades resultantes do isolamento do país. Em Maio de 2005, por ocasião da celebração dos vinte e cinco anos da independência do Zimbabué, Mugabe anunciou, com pompa e circunstância, a nova política *Look East*: «Virámo-nos para o Oriente, onde o sol nasce, e voltámos as costas ao Ocidente, onde o sol se põe»²⁵.

Esta forma de actuação chinesa no Zimbabué é um bom exemplo do pragmatismo chinês, baseando-se no aproveitamento de oportunidades existentes em países marginalizados pela comunidade internacional, nomeadamente pela mais fácil concretização de negócios, em face da não existência de concorrência por parte de multinacionais ocidentais.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA ASCENSÃO ECONÓMICA CHINESA PARA OS PAÍSES AFRICANOS

A ascensão económica chinesa tem tido fortes repercussões a nível mundial, não só a nível económico mas também no plano geopolítico. Constituem exemplos o papel e influência acrescidos do país em fora multilaterais, como a ONU ou a Organização Mundial do Comércio (OMC), e também como país convidado nas reuniões do G-8 (tem sido ventilada a possível integração da China no clube restrito dos países mais ricos do mundo no futuro próximo).

Por seu turno, o continente africano, com a possível excepção da África do Sul, continua a deter uma posição marginal na economia mundial e a permanecer muito dependente das regiões mais desenvolvidas (sobretudo a Europa e os EUA) para escoamento das suas

exportações de matérias-primas, obtenção de tratamento comercial preferencial e de ajuda financeira.

Segundo Peter Draper, perito em questões comerciais e investigador do South African Institute of International Affairs (SAIIA), em teoria o rápido crescimento económico chinês oferece oportunidades interessantes de desenvolvimento do continente africano, por exemplo ligadas à subida dos preços das matérias-primas em resultado do acréscimo da procura chinesa por este tipo de produtos no exterior²⁶.

Por outro lado, prevê-se que a importação chinesa de produtos agrícolas continue a crescer, o que representa igualmente uma oportunidade para os países africanos, desde que consigam assegurar capacidade exportadora e preços competitivos.

No que particularmente diz respeito à África do Sul, sectores deste país como a banca e a construção poderão fornecer serviços de qualidade reconhecida ao mercado chinês, podendo contribuir para o estabelecimento de um «círculo virtuoso» de exportações e investimento.

Porém, Dreper alerta que a ascensão económica chinesa coloca igualmente sérios desafios de ajustamento às economias africanas, na medida em que a já evidente importação maciça de produtos chineses a baixo custo pode prejudicar fortemente os sistemas de produção regional, sobretudo em sectores de mão-de-obra intensiva e menor valor acrescentado.

Existe também o risco de as economias africanas permanecerem «condenadas» ao simples papel de exportadores de matérias-primas, não conseguindo desenvolver indústrias locais fortes e competitivas. A evolução da estrutura do comércio da África do Sul com a China é preocupante a esse nível. Em 1993, os produtos transformados sul-africanos representavam 50 por cento do total das exportações para a China, ao passo que, em 2004, não iam além de oito por cento, com o remanescente a ser assegurado por recursos naturais (sobretudo minérios) e produtos intermédios.

O principal foco de apreensão neste momento diz respeito ao sector dos têxteis e vestuário, na sequência da expiração do Acordo Multi-Fibras (AMF) em 31 de Dezembro de 2004. O crescimento exponencial das exportações de têxteis chineses está a prejudicar seriamente o desenvolvimento da indústria local na generalidade dos países africanos e, do mesmo modo, o incremento das exportações de têxteis chineses para a UE e os EUA coloca uma pressão concorrencial acrescida sobre as exportações africanas deste tipo de produtos, que têm vindo a ser objecto de tratamento preferencial²⁷. A OMC estima que a perda de quota de mercado dos países africanos nos EUA e na UE possa chegar aos 70 por cento²⁸.

O CRESCIMENTO EXPONENCIAL DAS EXPORTAÇÕES DE TÊXTEIS CHINESES ESTÁ A PREJUDICAR SERIAMENTE O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA LOCAL NA GENERALIDADE DOS PAÍSES AFRICANOS.

A África Austral é um bom exemplo deste efeito simultâneo. As exportações de alguns têxteis e vestuário chineses para a África do Sul cresceram até 80 por cento em 2004. Em cada 100 t-shirts importadas por este país, 80 provêm da China. Esta situação poderá ser agravada nos próximos anos com a liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário.

Acresce que a situação em termos de emprego tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos, com as previsíveis consequências sociais. Até ao final de 2002, estima-se que cerca de 75 mil trabalhadores têxteis tenham ido para o desemprego na África do Sul.

Como seria de prever, os representantes da indústria e sindicatos de trabalhadores têm adoptado diversas formas de luta, reivindicando medidas de protecção. A título de exemplo, os trabalhadores têxteis juntaram-se a outros trabalhadores numa greve geral em 27 de Junho de 2005, em protesto contra o aumento do desemprego. A COSATU (Confederação Sul-africana do Comércio) tem vindo a defender a imposição de restrições às importações de têxteis chineses e a solicitar aos comerciantes que garantam um stock de 75 por cento de produtos locais.

Contudo, a China tem demonstrado grande firmeza na defesa das suas políticas de exportação, fazendo notar que está a exercer legitimamente os seus direitos enquanto membro de pleno direito da OMC.

Dado que se afigura virtualmente impossível competir com os têxteis e o vestuário chineses no factor preço, e sem prejuízo da possível adopção de algumas medidas temporárias de protecção das indústrias locais (em conformidade com as regras da OMC), pensa-se que o caminho mais adequado a seguir terá inevitavelmente de passar por ganhos de eficiência no sector e pela aposta na diferenciação (produtos de maior valor acrescentado). Haverá que ter presente os inevitáveis custos de ajustamento de medidas deste tipo, o que irá requerer grande determinação política por parte dos governos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova política chinesa em relação a África tem muito pouco a ver com a política prosseguida nas décadas de 50 a 70.

Pese embora se mantenha a postura tradicional chinesa de respeito pela igualdade e diversidade, a ênfase no desígnio comum e a não-ingerência nos assuntos internos, as prioridades actuais são bem diferentes, muito por força da necessidade sentida pela China de adquirir cada vez mais recursos naturais no exterior, como forma de manter a actual capacidade de produção industrial e o ritmo de crescimento económico do país. Neste contexto, merece natural destaque o petróleo, enquanto símbolo da competição por recursos, já apelidada por alguns autores como «A Guerra do Século XXI».

O consumo imparável de recursos energéticos na China tem levado a uma crescente necessidade de diversificação das fontes de abastecimento. O petróleo africano, considerado de muito boa qualidade, representa já 25 por cento do total das importações, sendo intenção do país elevar esse volume até aos 30 por cento nos próximos anos.

Pequim não se tem poupado a esforços no sentido de conquistar a confiança dos países africanos, praticando a «diplomacia do petróleo» ao mais alto nível e oferecendo um «pacote completo» e sem contrapartidas de transparência ou boa governação, que alguns analistas preferem designar como *aid for oil*, e que passa por iniciativas como o cancelamento parcial da dívida externa, intensificação da ajuda ao desenvolvimento, ou concessão de linhas de crédito em condições muito favoráveis, com a devida recompensa no acesso privilegiado a recursos estratégicos como o petróleo, o gás natural ou os minérios. A estratégia chinesa nesta matéria tem privilegiado o pragmatismo e a obtenção de dividendos. Mas, como se procurou evidenciar, tem assumido contornos polémicos em alguns casos, nomeadamente em relação ao Sudão.

A China está assim, paulatinamente, a conquistar espaços de influência em África às principais potências ocidentais com interesses no continente.

Nos EUA, tem sido visível, nalguns sectores, alguma apreensão e mal-estar em relação às estratégias de actuação da China em África. Entre outros aspectos, argumentam que o Governo chinês tem adoptado «políticas mercantilistas», preocupando-se acima de tudo em garantir condições de acesso privilegiado a recursos, secundarizando os esforços de cooperação conjunta no sentido de se salvaguardar a sustentabilidade dos recursos energéticos no futuro.

Por seu turno, os países africanos têm saudado vivamente este recrudescimento do interesse chinês por África, encarado por muitos como verdadeiro balão de oxigénio, servindo para colmatar o desinteresse e esquecimento a que, no seu entender, têm sido votados pelas potências ocidentais, e impulsionando o seu crescimento económico, sobretudo pelo efeito da subida de preços das matérias-primas, em resultado da forte procura chinesa de recursos naturais no exterior.

No entanto, estes países deverão também ter presentes os riscos existentes. Por um lado, a perpetuação de situações de subdesenvolvimento das indústrias locais, por força da manutenção da condição desses países como meros fornecedores de matérias-primas e importadores de produtos acabados, sem possibilidade de desenvolver indústrias transformadoras fortes e competitivas. Situação que se pode agravar com a entrada maciça de produtos chineses a preços imbatíveis (por exemplo: têxteis e vestuário) nos seus mercados.

Por outro lado, África não se pode dar ao luxo de continuar a desempenhar um papel marginal na captação de investimento estrangeiro. Os países africanos devem ter consciência que são concorrentes directos da China em matéria de captação de IDE. Se se quiserem assumir como tal, terão de apostar decididamente na criação de condições e incentivos o mais atractivos possível à realização de negócios, bem como na criação de sectores empresariais fortes e competitivos.

Do mesmo modo, os países africanos deverão privilegiar investimentos chineses estruturantes, que envolvam transferência de tecnologia, desenvolvimento de indústrias emergentes, aprendizagem de novos modelos de gestão, empregabilidade e qualificação de mão-de-obra local, entre outros aspectos.

Por último, os governos africanos só teriam a ganhar se procurassem diversificar as suas relações económicas, evitando desta forma situações de sobredependência chinesa, que lhes poderão vir a causar alguns dissabores no futuro. **RI**

ABRIL DE 2006

NOTAS

1 SINGH, Amarnath – «2005: The Year of Africa's Economic Turnaround?». In *eAfrica – Electronic Journal of Governance and Innovation*, 3, Fevereiro de 2005, pp. 3-5.

2 O índice pode ser consultado em: <http://www.heritage.org/research/features/index/>

3 BRAINARD, Lael e DRISCOLL, Allison – *Making the Millenium Challenge Account Work for Africa*. Disponível em: <http://www.brookings.edu/comm/policybriefs/pb123.pdf>

4 Para maior detalhe, consultar: <http://www.uneca.org/agr/>

5 SAINT-PAUL, Marc Aicardi de – «La Chine et l'Afrique: Entre l'Engagement et l'Intérêt». In *Géopolitique Africaine*, 14, Primavera de 2004.

6 Respeito pela soberania, não-agressão, não-ingerência, igualdade, benefício mútuo.

7 A versão integral do documento está disponível *online* em: http://english.people.com.cn/200601/12/eng20060112_234894.html

8 Burkina Faso, Chade, Gâmbia, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Swazilândia. Curiosamente, Pequim tem relações oficiais com o Chade, não obstante este país ainda manter ligações a Taiwan, certamente por força de interesses no sector petrolífero, o que é revelador do pragmatismo e racionalidade económica que caracterizam a actual política externa chinesa.

9 ZWEIG, David e Jianhai, JIANHAI, Bi – «China's Global Hunt for Energy». In *Foreign Affairs*, 84, 5, Setembro-Outubro de 2005, pp. 26-38.

10 Sobretudo visível nos meios militares e de *intelligence*, e em alguns sectores do Congresso.

11 Citação extraída de SANGER, David E. – «China's Oil Needs Are High on US Agenda». In *New York Times*, 19 de Abril de 2006.

12 Respectivamente, à Comissão EUA-China (21 de Julho de 2005) e ao Sub-Comité «África, Direitos Humanos e Operações Internacionais» da Câmara dos Representantes (28 de Julho de 2005). Merece também referência o importante relatório «More Than Humanitarianism: A Strategic US Approach Toward Africa», Council on Foreign Relations Task Force, Washington DC, Janeiro de 2006.

13 THOMPSON, Drew – «China's Soft Power in Africa: From the 'Pequim Consensus' to Health Diplomacy». In *China Brief*, Jamestown Foundation, 5, 21, Outubro de 2005, pp. 1-4.

14 Mais informações no sítio oficial em: www.focac.org/eng

15 SERVANT, Jean-Christophe – «La Chine à l'assaut du marché africain». In *Le Monde Diplomatique*, Maio de 2005, pp. 6-7.

16 Segundo a teoria da *Dutch Disease* (designação relacionada com o infortúnio económico que se abateu sobre a Holanda após a descoberta de gás no mar do Norte), quando um país detém reservas de hidrocarbonetos, assiste-se a um afluxo súbito de receitas em moeda norte-americana que, na grande maioria dos casos, leva a uma forte valorização cambial nesses países e, consequentemente, a uma perda de competitividade de sectores como a agricultura e a indústria transformadora, gerando uma dependência quase total da produção e receitas dos recursos naturais.

17 Este acordo representou um balão de oxigénio para o Governo angolano, na medida em que as negociações com o FMI haviam chegado a um impasse, em face das exigências de «boa governação e transparência» para se negociar uma reescalonamento da dívida angolana, no âmbito de uma Conferência de Doadores, inicialmente aprazada para Junho de 2005 e que acabou por ser adiada.

18 ANDRADE, Vicente Pinto de – «Angola na Rota da Ásia». In *Courrier International*, 2, Abril de 2005, pp. 28-29.

19 «Angola: Oil-backed loan will finance recovery projects». Disponível em: www.irin-news.org

20 «China Aumenta Linha de Crédito para Angola». In *Público*, 29 de Março de 2006.

21 Estima-se que o número de mortos ultrapasse os 300 mil e que existam mais de dois milhões de refugiados.

22 FRENCH, Howard – «China in Africa: All Trade, no Political Baggage». In *New York Times*, 8 de Agosto de 2004.

23 John Garang viria entretanto a falecer num desastre de helicóptero, ocorrido no Sul do Sudão no dia 30 de Julho, cujas causas foram atribuídas ao mau tempo. O seu adjunto na direcção do SPLM, Salva Kiir Mayardit, sucedeu-lhe no cargo e declarou-se determinado a cumprir o Acordo de Paz.

24 ROQUE, Cristina – «Morte de John Garang Fragiliza Ainda Mais o Processo de Paz Sudanês». In *Público*, 5 de Agosto de 2005.

25 HILSUM, Lindsey – «We Love China». Disponível *online* em: www.granta.com/extracts/2616

26 DRAPER, Peter – «As China Takes on a Global Role, will Southern Africa Benefit?». In *Taipei Times*, 28 de Dezembro de 2004.

27 No quadro do African Growth and Opportunity Act (AGOA) dos EUA, e da iniciativa Everything but Arms da UE.

28 MILLS, Soko – «Trade Pact Expiry Weaves Worry for Global Textile Industry». In *eAfrica*, 3, Fevereiro de 2005, pp. 10-13.